

3. EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE:

perspectivas e desafios no
Brasil e na Colômbia frente aos
Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável (ODS)

*Adriana Marcela Monroy Garzón
Kênia Lara Silva*

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades, é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para o cumprimento deste objetivo, prevê-se, até 2030, entre outras metas, “assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais” (PNUD, 2015).

A educação sexual e reprodutiva é um dispositivo social e pedagógico que tem como objetivo fornecer ferramentas, valores e conhecimentos que possibilitem às pessoas exercerem com autonomia sua sexualidade, além de construírem relações sociais que promovam o desenvolvimento integral, não se limitando a

um foco preventivo das doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez prematura (MURILLO *et al.*, 2012). Ela se tornou uma prioridade nas áreas da saúde e da educação.

A partir da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, realizada em Cairo em 1994, a educação para a sexualidade foi estabelecida como um direito, destacando os adolescentes como sujeitos de direitos (SILVA, 2013). Constitui-se, também, como um pilar fundamental da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, sendo considerada como um dos fatores protetores para esses indivíduos no que diz respeito a essa temática.

Nos séculos XVII e XVIII, o sexo e a sexualidade foram reduzidos à esfera privada e com fim procriativo. Qualquer outra prática ou discurso divergente desta lógica moral era vergonhoso ou motivo para castigo. Isto, somado à concepção de racionalidade, eficiência e produtividade do corpo como força do trabalho, distanciou o ser humano de perceber o corpo como manifestação de desejos, prazer, transformação, sentimentos, relações sociais.

A sexualidade era uma dimensão obscura do indivíduo e da sociedade. Neste contexto, a escola era o local de alienamento disciplinar do corpo para combater práticas que convocavam o caráter do prazer, do desejo do sexo. Assim, a sexualidade do adolescente passou a ter uma conotação problemática para a sociedade e, com isso, incentivou-se a criação de doutrinas moralistas nas escolas que se estenderam até o século XIX (SPITZNER, 2005).

No século XIX, com o aumento da incidência das doenças venéreas e o acréscimo dos abortos clandestinos entre os adolescentes, percebia-se o sexo como um perigo para a sociedade. Fortaleceu-se ainda mais o discurso moralista sobre o sexo como perigo e o discurso hegemônico higienista e curativo para resolver os problemas de saúde sexual e reprodutiva.

No século XX, com a pandemia do Vírus de Imunodeficiência Humana (HIV) e o descontrolado crescimento populacional, a educação sexual teve maior desenvolvimento. Em meados dos

anos de 1980, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o crescimento da gravidez indesejada entre os adolescentes e com o risco da contaminação por HIV entre os jovens (DINIS; ASINELLI-LUZ, 2007, p. 2).

Na América Latina, a discussão e a visibilidade da educação sexual consolidaram-se a partir das décadas de 1960 e 1970 com os programas pioneiros de movimentos libertários e com a resistência às políticas educativas repressivas no contexto das ditaduras da região. Porém, nas décadas de 1980 e 1990, com o maior impacto epidemiológico do HIV na população latina e o restabelecimento de processos de redemocratização dos países, possibilitou-se a participação e o diálogo entre os setores de educação, saúde e economia em eventos-chave para a discussão e configuração da educação na sexualidade.

O relatório denominado Situação da População Mundial, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFA, 2003), também informa que cerca de 14 milhões de mulheres entre 15 e 19 anos têm filhos a cada ano, sendo a mortalidade materna a principal causa de morte entre mulheres nesta faixa etária, além da vulnerabilidade à Aids. Salienta que, na América Latina, além da possibilidade do aborto, o casamento precoce e a gravidez na adolescência têm consequências graves na educação das adolescentes, em muitos casos levando ao abandono da escola (DINIS; ASINELLI-LUZ, 2007 p. 3).

O marco temporal da educação sexual no Brasil começou com o interesse no tema ao final do século XVII. Nessa temporalidade, a sexualidade tinha uma conotação moralista e obscurantista. As crianças e jovens deveriam ser protegidos do sexo, sendo objetivados para disciplinar seus corpos. A escola e a igreja foram os principais dispositivos institucionais em uma educação intelectual, religiosa e moral, que preparou as crianças e jovens

para serem mães dignas e capazes de ensinar seus próprios filhos (FERREIRA; FARIAS, 2010).

No final do século XIX, o desenvolvimento da ciência médica e o olhar biomedicalizado do corpo fortaleceram a abordagem higienista e normativa da sexualidade, colocando-a em uma dimensão mais pública. A mídia e a ciência utilizaram estratégias de acessibilidade à produção científica europeia para legitimar esse olhar. Um exemplo disto foi a “Coleção de cultura sexual” e o livro *Freud ao alcance de todos* (BASSALO, 2010).

Porém, a partir do século XX, começou o movimento em nível científico e acadêmico sobre a educação sexual. A 1ª Conferência Nacional de Educação, em 1928, marcou o debate acadêmico e político no Brasil sobre assuntos concretos do que seria a educação sexual, com o objetivo de definir o lugar em que esta deveria acontecer. Assim, em concordância com o projeto político e econômico da industrialização e do modelo social do capitalismo, reforçava-se a abordagem heteronormativa e higienista para a melhoria das condições de vida da força do proletariado.

Nas primeiras décadas do século XX até a ditadura militar, foram desenvolvidas várias iniciativas pedagógicas inserindo a educação sexual no currículo escolar, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Exemplo disto foi o Colégio Batista que, em 1930, restringia a análise da condição feminina à reprodução. Cinco anos depois, a esse programa foi acrescentado o comportamento sexual masculino e prosseguiu por vários anos, até que em 1954 o professor responsável foi processado e demitido do cargo (SPITZNER, 2005).

Já nos anos de 1960 e 1970, surgiram alguns projetos pedagógicos que haviam introduzido práticas pedagógicas e currículos abordando a sexualidade na escola, impulsionados pela parceria com as universidades, principalmente no Rio de Janeiro, nas escolas Pedro Alcântara, André Maurois, Infante D. Henrique e Orlando Rouças. Em São Paulo, foi criada a cátedra de orientação

sexual para as meninas, oferecida pelo Serviço de Saúde Pública no Departamento de Assistência ao Escolar, e também em Belo Horizonte/MG com o Grupo Escolar Barão do Rio Branco. No entanto, essas práticas pedagógicas perderam espaço, e boa parte foi suspensa, junto à tentativa falida da deputada do Rio de Janeiro, Julia Steimbruck, em 1968, de implantação obrigatória da disciplina Educação Sexual em todas as escolas do país. Professores e diretores de escolas foram expulsos e punidos pelas Secretarias de Educação, que se referiam às ações de educação sexual como imorais, irresponsáveis e inúteis (FIGUEIRÓ, 1998).

No final dos anos de 1970, no 1º Congresso sobre Educação Sexual observou-se a necessidade de inserir uma doutrina e conhecimentos sobre sexualidade nas escolas. Assim, no ano de 1978, foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação a inclusão da educação sexual como conteúdo curricular nos atuais ensinamentos fundamental e médio (na época primeiro e segundo graus, respectivamente), na disciplina Programa de Saúde. A ênfase era nas questões anatômicas, focadas nos aspectos biológicos e médicos (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015).

Na década de 1980 e início dos anos de 1990, foram promovidos projetos importantes de educação sexual em São Paulo respaldados pelo secretário de educação da época, Paulo Freire. Além disso, houve um maior desenvolvimento da produção científica que buscava refletir sobre a educação sexual na escola (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015).

Na década de 1990, com o surgimento da epidemia de HIV, o Brasil reproduziu dos Estados Unidos formas de prevenção pouco eficazes. Os Ministérios da Educação e da Saúde começaram a estimular programas de educação sexual, dando abertura às discussões sobre o tema. As propostas decorrentes elegiam as escolas como espaço privilegiado para sua consecução. Contudo, nem todas foram contínuas, pois boa parte era interrompida nas mudanças de governos, ficando na dependência das políticas partidárias.

Em 1996, aprovou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e se estabeleceram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). A lei preconizava a transversalidade da educação sexual em todas as disciplinas, no ensino fundamental e médio, reconhecendo-se a importância e necessidade do tema (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015).

O campo dos direitos sexuais reprodutivos no contexto escolar é introduzido a partir do ano de 2003. Porém, o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil tem suas origens nas lutas e formas de proteção à maternidade que visavam proteger a mulher trabalhadora, no âmbito reprodutivo na década de 1940. Posteriormente, no período de redemocratização do Brasil, os movimentos feministas reivindicaram e ampliaram a luta pela conquista da autonomia do seu corpo para além da proteção da maternidade e da reprodução, configurando os direitos sexuais. Finalmente, com as conferências do Cairo e Beijing (1994-1995), legitimou-se de maneira universal a sexualidade dentro do campo do direito (FELIX, 2017).

No ano de 2003 foi criado o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, que teve como eixo central três problemas da saúde sexual e reprodutiva: as doenças sexualmente transmissíveis, a infecção pelo HIV e a gravidez não desejada, sendo ampliada sua cobertura em 2005, abrangendo adolescentes escolarizados regularmente a partir dos 13 anos até os 24 anos de idade, englobando o ensino fundamental e médio. Além disso, o programa previa a disponibilização de preservativos para adolescentes sexualmente ativos. A diretriz nº 11 focava a atenção à saúde sexual e à saúde reprodutiva de adolescentes e jovens e priorizava o acolhimento e o acesso às ações educativas sobre os métodos contraceptivos e para prevenção das DST/HIV/Aids (BRASIL, 2006). Posteriormente, foi criado o Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE), lançado em 2006, com o objetivo de sensibilizar os “educadores e educadoras da rede pública de ensino

em questões relativas a desigualdades de gênero, diversidade sexual e raça/etnia, preparando profissionais da educação para lidar com esses temas” (UNESCO, 2014).

No ano de 2007, foi instituído o Programa de Saúde Escolar (PSE), pelo Decreto Presidencial nº 6.286, legitimando a integralidade e a corresponsabilidade entre a educação e a saúde. No componente segundo desse programa – Promoção e prevenção à saúde –, destaca-se como tema prioritário a educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS (BRASIL, 2011).

De acordo com Matos *et al.* (2016), estudos que abrangem a educação sexual e o contexto escolar mostram uma reiteração de problemáticas de décadas atrás, como a falta de preparo, o desconhecimento dos docentes para abordar a sexualidade dos adolescentes, a ausência de uma verdadeira articulação entre o campo da saúde e o da educação, sendo a sexualidade abordada de acordo com as vivências, experiências e código moral do professor. Porém, identificou-se também que as ações pedagógicas pautadas no diálogo e em uma relação mais democrática e horizontal com os estudantes viabilizam a troca de conhecimentos (MATOS *et al.*, 2016).

Na Colômbia, a configuração da educação para a sexualidade começou quando o país ainda era colônia da Espanha, no século XVI. Nessa época, a Igreja Católica legitimou seu discurso moralista da sexualidade do corpo, permeando o discurso médico e assumindo os conceitos de normalidade e anormalidade psicológica e sexual. Já no século XX, a partir de 1950, os discursos higienista e biologista da sexualidade constituíram-se nos colégios e universidades por meio das cátedras e currículos pedagógicos.

Na década de 1960, o alarmante crescimento populacional chamou a atenção da comunidade científica, constituindo-se as primeiras organizações não governamentais, como a Associação

Pró-Bem-Estar da Família Colombiana (Profamilia)¹ e a Associação Colombiana para o Estudo da População (ACEP), que desenvolveram as primeiras pesquisas sobre a sexualidade. Nos anos de 1970, iniciaram-se as cátedras nos colégios com um enfoque moralista e repressivo com ênfase nas doenças venéreas. Este movimento executou-se como preparatório para a vida matrimonial. Na década de 1980, com a pandemia do HIV tiveram maior desenvolvimento as ações na prevenção de risco.

A história registra que o primeiro ato pedagógico de educação sexual aconteceu em uma escola rural no município de Ventaquemada-Boyacá, pela professora Lucila Diaz. Esta ação pedagógica foi criticada e punida pela população de camponeses e da região como perversa, levando-a até instâncias jurídicas. Porém, a luta da professora por meio de uma ação tutelar, no ano de 1992, colocou sobre a mesa do governo e do Ministério da Educação a construção de um projeto educativo nacional e uma política sobre educação sexual em todas as escolas públicas e privadas do país (BARRANTES; REYES, 2017).

A partir do ano de 1994, foram estabelecidas diretrizes e políticas nacionais que proclamavam a educação sexual de caráter obrigatório em todas as escolas públicas e privadas e em todos os níveis de ensino (pré-escolar, básico, fundamental e médio). Esse processo deveria ser desenvolvido segundo as necessidades físicas, fisiológicas e psíquicas das crianças e dos adolescentes. O *slogan* “La educación sexual es para la vida y el amor” (“A educação sexual é para a vida e o amor”) foi a pauta publicitária para o projeto nacional.

¹ A Profamilia (Asociación Probieneestar de la Familia Colombiana) foi fundada em 1965 em Bogotá, como uma instituição privada, sem fins lucrativos. Ao longo dos anos, a Profamilia tem sido responsável por várias inovações no campo da saúde reprodutiva na Colômbia. Em 1969, fez a transmissão de rádio que promovia o planejamento familiar realizado pela primeira vez na América Latina. Em 1971, realizou a primeira vasectomia na Colômbia, com a implementação do programa de vasectomia e a distribuição de contraceptivos em áreas rurais, e em 1973 realizou no país as primeiras laqueaduras das trompas, feitas por laparoscopia.

Ao mesmo tempo surgiram movimentos liderados pela Igreja Católica contra o projeto nacional com o lema “Pedagogía corruptora en las escuelas” (“Pedagogia corruptora nas escolas”), conceituando a educação sexual como um perigo para a estrutura religiosa, moral e social do país, distorcendo os princípios do projeto como uma forma de induzir as crianças e adolescentes para praticar condutas aberrantes. Nessa disputa, a academia foi determinante na continuidade do projeto, pois mais faculdades e programas de pós-graduação se interessaram em inserir em seus currículos debates e discussões sobre a sexualidade e a educação sexual nas escolas (GUERRERO, 1998).

A partir do novo milênio, evidencia-se o fortalecimento da interdisciplinaridade nas discussões sobre os significados da sexualidade por meio das alianças entre o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF). Em 2003, o governo nacional, com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e por meio do Ministério da Proteção Social, que integra as áreas de saúde e de trabalho, criou a Política Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva.

No ano de 2007, diante de um panorama revolucionário da sexualidade e da educação, emergiram novas concepções a partir das discussões em outros países e outras experiências na relação entre a educação para a sexualidade e o desenvolvimento de habilidades básicas, especialmente competências de cidadania. Com isso, instituiu-se o Projeto Piloto de Educação para a Sexualidade e Cidadania, em parceria com o UNFPA, estabelecendo a educação para a sexualidade como um direito.

Mais recentemente, no ano de 2013, ocorreu a promulgação do Sistema Nacional de Convivência Escolar e Formação para o Exercício dos Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos e a Prevenção e Mitigação da Violência Escolar (COLÔMBIA, 2013). No ano de 2016, a Corte institucional retificou como resposta a

uma demanda, no relatório da sentença C-085/16, que a educação para a sexualidade deveria manter-se como um projeto pedagógico transversal em todos os graus de escolaridade. Aliás, a cátedra adicional de Sexualidade e Violência Sexual só seria ministrada a partir do primeiro ano do ensino médio, em que a faixa etária dos adolescentes está entre os 15 e 16 anos de idade, excluindo adolescentes menores de 14 anos. Os argumentos desta proposta focavam-se na imaturidade do adolescente: “mesmo que exista o consentimento do menor de 14 anos, o certo é que sua capacidade de compreensão e avaliação do ato sexual não é adequada para sua idade” (COLÔMBIA, 2016, tradução nossa).

Questiona-se este tipo de justificativa, em razão das cifras de crianças menores de 14 anos vítimas de violência sexual na Colômbia, que abrangem 86% do total de casos suspeitos avaliados por medicina legal; e, ainda, 8 de cada 10 menores de idade vítimas de abuso sexual foram crianças e adolescentes mulheres. Além disso, embora a taxa de gravidez precoce entre os 15 e 19 anos tenha diminuído em 2% entre os anos de 2010 e 2015, essa queda foi maior em grupos mais favorecidos: no quintil de riqueza mais alto, no nível mais alto de educação, na área urbana, nas regiões mais desenvolvidas (UNICEF, 2017).

Em síntese, no Quadro 1 estão representados os marcos normativos da educação para a sexualidade no Brasil e na Colômbia.

Quadro 1 - Marco histórico-normativo da educação sexual no Brasil e na Colômbia

Colômbia		Brasil	
1992 – Tutela imposta pela docente Lucila Diaz	Impulsionou a partir do Ministério da Educação as modificações necessárias para levar a educação sexual às escolas.	1978 – Implantação da educação sexual como conteúdo curricular das escolas de ensino fundamental e médio pelo Conselho Federal de Educação	Enfatizou os aspectos anatômicos e questões biológicas e médicas.

(Continuação)

Colômbia		Brasil	
1993 – Resolução nº 03353	Estabeleceu a necessidade da educação sexual de caráter obrigatório em todo o país.	1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	Preconizou a transversalidade da educação sexual em todas as disciplinas, no ensino fundamental e médio.
1994 – Conferência do Cairo – Incorporação do enfoque de direitos humanos de gênero			
1994 – Lei nº 115	Estabeleceu a educação sexual de caráter obrigatório em instituições públicas e privadas em ensino pré-escolar, básico e médio.	2003 – Programa Saúde e Prevenção nas Escolas	Instituiu ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, articulando os setores de saúde e de educação.
2003 – Política Nacional de Educação Sexual e Reprodutiva	Foi inserida a educação sexual por meio de projetos específicos na educação básica e média.	2005 – Criação dos direitos sexuais reprodutivos	Promoveu a atenção à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, priorizando o acolhimento, o acesso a ações educativas e métodos contraceptivos e para prevenção das DST/HIV/Aids.
2006-2007 – Projeto Piloto de Educação para a Sexualidade e Cidadania (PESCC)	Fortaleceu o setor educativo no desenvolvimento de projetos pedagógicos para a sexualidade, com foco na construção da cidadania e no exercício dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos.	2007 – PSE (Programa de Saúde Escolar)	Por meio do componente segundo do programa, estabeleceu como tema prioritário a educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AID.

(Continua)

(Continuação)

Colômbia		Brasil	
2013 – Sistema Nacional de Convivência Escolar e Formação para o Exercício dos Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos e a Prevenção e Mitigação da Violência Escolar	Promoveu a formação de cidadãos ativos que contribuam para a construção de uma sociedade democrática, participativa, pluralista e intercultural.	2013 – PSE (Programa de Saúde Escolar)	Estendeu-se o programa para: - Creches (incluindo as conveniadas); - Pré-escolas; - Ensino fundamental; - Ensino médio; - Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Fonte: Elaboração própria.

Colômbia e Brasil, nos últimos anos, têm passado por movimentos políticos em detrimento de uma educação libertadora para a sexualidade. No ano de 2016, a educação para a sexualidade e a ideologia de gênero foram artifícios eficazes para que os governos e partidos políticos dessem um sentido populista aos debates sobre o tema, criando um clima de polarização desde as esferas mais íntimas das relações familiares e sociais dos cidadãos.

No caso da Colômbia, no momento conjuntural em que a sociedade deveria decidir sobre o plebiscito que permitiria uma consolidação do processo de paz, emergiram disputas e discursos que aproximaram conceitos que antes foram debatidos separadamente: a educação para sexualidade, gênero e paz (AMAYA, 2017), configurando pedagogias populistas para legitimar suas lutas e ideologias. Mas o que esses conceitos tinham em comum? Tinham opressores e oprimidos e vítimas do conflito armado colombiano.

Assim, a cátedra para a paz foi sentenciada como obrigatória, em instituições educativas, a fim de garantir a criação e o fortalecimento de uma cultura de paz na Colômbia. Enquanto isto, o gênero e a educação para a sexualidade passavam por um momento de importantes debates, no meio de uma situação tensa, em que a ministra da Educação assumiu sua homossexualidade publicamente, sendo a sexualidade “fora da normalidade” um dispositivo que polarizou a população e as classes políticas. Além disso, desvirtuaram-se, através da mídia, projetos e recursos pedagógicos para a sexualidade.

Um exemplo disto foram as controvérsias e as informações falsas construídas entorno do conteúdo de uma série de cartilhas didáticas pedagógicas, criadas para auxiliar a educação para a sexualidade nas escolas, tidas como doutrinadoras de crianças e adolescentes para a ideologia de gênero, confrontadas com o uso de lemas como “Homens e mulheres, Deus nos fez assim!”, “Eu educo meus filhos, não o Estado!”. Segundo Amaya (2017), foi a tormenta perfeita que fez das políticas educacionais e escolas o campo de batalha dos atores e antagonismos políticos.

No Brasil, o debate da ideologia de gênero e a educação sexual nas escolas tomou força a partir da discussão do Plano Nacional de Educação em 2014 e 2015, em que foi suprimida, do texto referente às desigualdades educacionais, a ênfase “‘na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual’ e substituída genericamente por ‘ênfase na promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação’” (BRASIL, 2014 citado por BARREIRO *et al.*, 2016, p. 227).

O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff reproduz uma cacofonia social e política que atingiu as raízes da democracia. O afastamento dela foi simbólico para a sustentação de um novo projeto político que a nível econômico fundamenta-se na meritocracia e empreendedorismo, moral (moralmente reguladora),

securitária (repressiva e punitiva) e interacional (socialmente intolerante) (BARREIRO *et al.*, 2016, p. 226).

Os setores políticos de cunho religioso e evangélico reforçaram e acentuaram uma conotação antagonista da ideologia de gênero e seu ensino nas escolas, baseados nos mesmos preconceitos moralistas da sexualidade que foram massivamente divulgados pela mídia e redes sociais, demonizando também os materiais didáticos como estratégias corruptoras que induziam as crianças para a homossexualidade, como o famoso *kit gay*.

Colômbia e Brasil confrontaram processos de manifestações e mobilizações de diversos setores políticos, religiosos e educativos em torno do gênero, sexualidade e políticas educacionais nas grandes e medianas cidades. Contudo, pouco se tem visibilizado ou compreendido este fenômeno e as disputas sociopolíticas nas áreas não urbanas ou nas minorias étnicas. Essa mesma omissão e desatenção têm sido demonstradas no campo da pesquisa e da academia, privilegiando o contexto urbano na discussão teórica e prática da educação para as sexualidades padronizadas.

Os mapeamentos da produção científica da área da educação sobre sexualidade, gênero e educação sexual (GONINI, 2014) apontaram que, entre os anos de 2010 e 2013, foram apresentados 76 trabalhos, dos quais 18 são relacionados especificamente à educação sexual na escola desde o ensino infantil até o ensino médio, sendo temas predominantes a construção do gênero e identidade no cotidiano da escola e a formação nos cursos de Pedagogia. Porém, só dois trabalhos foram focados em população não urbana.

Outro levantamento bibliográfico desenvolvido sobre a produção científica brasileira relativa à educação sexual em educação básica entre os anos de 2011 e 2016 mostra um recorte de 10 trabalhos, mas nenhum aborda especificamente o contexto da escola rural ou do campo (TAVARES, 2016). Uma outra revisão sistemática que avaliou 24 artigos sobre a educação sexual em

escolas brasileiras identificou só um artigo que mencionava e envolvia a população rural de uma escola itinerante do Movimento sem Terra (MST) (FURLANETTO *et al.*, 2018). Além disso, mostrou que as intervenções externas ao contexto escolar sobre educação sexual são lideradas principalmente pela Enfermagem.

O olhar da área da saúde também tem sido carente para os contextos não urbanos. A educação sexual na área da saúde encontra-se mais no campo da orientação sexual na saúde reprodutiva do adolescente nos espaços concretos, como as unidades de atenção básica, e nos programas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DTS) e gravidez precoce.

Contudo, os achados das diversas pesquisas e projetos desenvolvidos reiteram desafios históricos sobre a educação para a sexualidade. Há uma carência de educação sexual nas escolas e nos espaços de formação profissional, o que compromete o trabalho dos professores em sua prática pedagógica no que tange à temática, pois o espaço escolar é permeado de dúvidas e conflitos referentes à sexualidade e ao gênero, e isto requer entendimento do professor para lidar com essas temáticas de forma emancipatória.

Outro aspecto possível de perceber é que as pesquisas não apontam viés de intervenção e dão indícios de que não retornam aos espaços escolares para proporcionar discussões e reflexões sobre estes temas tanto com educandos quanto com educadores, de maneira a suscitar mudanças significativas na prática educacional em relação a estes assuntos.

Em alguns países da África, pode-se perceber maior interesse por explorar a educação para a sexualidade em comunidades escolares rurais. Contudo, a visão das pesquisas tem maior foco nos professores como atores responsáveis pelos processos educativos. Aliás, as pesquisas desenvolvidas apontam para um conservadorismo na comunicação sobre questões de sexualidade entre os pais e filhos. As discussões com os adolescentes sobre

sexo e namoro foram percebidas como raras e pouco dadas. As discussões da sexualidade com os adolescentes aconteceram com as mães, e os temas foram diferentes de acordo com o sexo: para as meninas foram abordados o início da menstruação e os abortos acontecidos na comunidade; para os adolescentes do sexo masculino, quando ocorrem as discussões, tratam do relacionamento com meninas e o horário de chegada em casa (MUHWEZI *et al.*, 2015).

Além disso, existem diferenças nos tópicos abordados pelos professores da escola rural e da escola urbana. Existe uma tendência para a padronização da educação para a sexualidade entre os dois contextos, influenciada pelo ruralismo urbanizado e mediada pelo acesso dos adolescentes à tecnologia e à informação nesses locais (MKUMBO, 2012). Porém, Khau (2012) ressalta que é determinante explorar as práticas tradicionais da comunidade para planejar e desenvolver um projeto educativo em torno da sexualidade.

As singularidades apresentadas pelos contextos rurais estão dadas principalmente pelas práticas e noções muito conservadoras sobre a sexualidade. Neste contexto, a religião e os valores tradicionais direcionam uma maneira restrita de vivenciar e expressar a sexualidade. Além disso, nas sociedades rurais são tecidas relações sociais mais homogêneas e próximas, pois os povoados são constituídos por um número menor de famílias, e os papéis sociais de homens e mulheres raras vezes são modificados ou diversificados. São sociedades que se constituem pela tradição da agricultura da lavoura do campo (BUSANELLO; SILVA; OLIVEIRA, 2009).

A relação entre a academia, o desenvolvimento de pesquisa e o alcance das políticas educacionais neste tema faz questionar qual é o lugar da educação para a sexualidade na educação rural e do campo. O estudo realizado pelo Comitê Latino-Americano

e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) demonstrou que, em países como Brasil e Colômbia, existem limites e fraquezas para o pleno exercício da educação para a sexualidade como direito nas minorias étnicas e rurais (CARTAGENA, 2016).

Historicamente, a autonomia e a sexualidade das comunidades étnicas e rurais têm sido violentadas e segregadas pelas políticas públicas relacionadas com a sexualidade e com outras questões, não compreendendo as singularidades culturais das comunidades. As políticas de controle da natalidade implementadas na América Latina, por exemplo no Peru durante o período da ditadura militar de Alberto Fujimori, negaram aquela sabedoria elaborada e ancorada nas tradições ancestrais. Além disso, ainda impuseram outra cultura sob vários pretextos, omitindo informações ou entregando falsas informações às comunidades e aos corpos considerados ignorantes e analfabetos em sua sexualidade. Assim, o programa de Anticoncepção Cirúrgica Voluntária (ACV) promoveu 272.028 operações de ligadura de trompas e 22.004 vasectomias entre 1996 e 2001, em aldeias quéchuas, aimarás e amazônicas, esterilizações cirúrgicas “forçadas”, erroneamente chamadas de voluntárias (TICONA et al., 2018).

A educação para a sexualidade tem transitado pelas abordagens religiosas, biomédicas, higienistas, normativas e pela política da sexualidade. Na atualidade a educação para a sexualidade carrega uma obrigatoriedade política e legislativa, porém na práxis ainda não está legitimada como fundamental. A perpetuação de abordagens historicamente opressoras e repressivas e a transposição da sexualidade como dispositivo de controle social e como dimensão humana apresentam desafios para o processo pedagógico desenvolvido no contexto escolar nos tempos atuais.

Frente ao exposto, defende-se aqui que é preciso desenvolver outras pedagogias que possibilitem reconhecer e defender as

crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Trata-se de um compromisso ético-político preconizando que todo sujeito é educável.

Para tanto, a seguir são apontadas algumas considerações e recomendações extraídas da tese de doutorado Educação crítica libertadora para a sexualidade do adolescente na escola rural, na Colômbia e no Brasil (GARZÓN, 2019), que originou a elaboração deste capítulo.

Recomenda-se para o contexto do Brasil e da Colômbia:

1. Problematizar a formação dos trabalhadores da saúde como agentes educadores em saúde, sendo imprescindível um verdadeiro diálogo entre a educação e a saúde que possibilite a construção de projetos e políticas que legitimem e fortaleçam a advocacia pelo direito a uma educação para a sexualidade crítica e emancipadora. Isto implica uma corresponsabilização e o compromisso das duas áreas, entendendo que de ambas as partes emergem desafios que podem ser superados pelo diálogo.
2. Reeducar o conceito de sexualidade como dimensão humanizadora e não como uma cadeia de consequências, julgamentos e riscos sobre o corpo.
3. Discutir as tecnologias e a mídia como dispositivos que interferem nos modos de vida e na construção da sexualidade dos adolescentes. Este deve ser um tema gerador na atualidade, problematizando-o, haja vista que a tecnologia pode estar usurpando uma práxis que deveria ser essencialmente humana e dialógica, construída pela presença do outro “na educação”.
4. Problematizar os processos que usam o corpo e a sexualidade como dispositivos segregadores das infâncias e adolescências, retirando-lhes o direito de viver a saúde sexual e reprodutiva.

Quiçá, assim, podem ser experimentados, nos dois países e em outros contextos latino-americanos e mundiais, processos educativos para a sexualidade dinâmicos, flexíveis, humanizadores e críticos como potência para o alcance de uma vida com saúde e bem-estar para todas e todos, em todas as idades, transformando assim o nosso mundo!

Referências

AMAYA, J. F. S. La tormenta perfecta: ideología de género y articulación de públicos. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Rev Latinoamericana*, n. 27, p. 149-171, 2017.

BARRANTES, L. J.; REYES, L. S. ¿Políticas de educación sexual en Colombia entre 1980-1990? Una mirada a las prácticas discursivas alrededor de la educación sexual en Colombia desde la historia. *Revista Bio-grafía. Escritos sobre la Biología y su enseñanza*, v. 9, n. 16, p. 205, 2017.

BARREIRO, A. *et al.* Ideologia de gênero? Notas para um debate de políticas e violências institucionais. *Temáticas*, Campinas, v. 47, n. 28, p. 223-246, 2016.

BASSALO, L. D. Educação sexual na primeira metade do século XX no Brasil. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd*, 33., 2010, Caxambu, MG. *Anais [...]*. Caxambu, MG: ANPEd, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. *Diretrizes para implementação do projeto Saúde e Prevenção nas Escolas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 24 p. (Série A. Normas e manuais técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade*. Brasília: Ministério da Saúde / Ministério da Educação, 2011. 46 p. (Série C. Projetos, programas e relatórios).

BUSANELLO, J.; SILVA, M. R.; OLIVEIRA, A. M. Sexualidade na adolescência: realidade de uma comunidade rural. *Rev Rene*, v. 10, n. 1, p. 62-71, 2009.

CARTAGENA, G. R. *Orientación sexual desde el hogar y la escuela*. [S. l.]: Libros EnRed, 2016. (Serie Vida sexual con valores).

COLÔMBIA. Ministerio de Educación. *Micrositios preescolar, básica y media*. 2013. Disponível em: <https://www.mineducacion.gov.co/portal/>

micrositios-preescolar-basica-y-media/Educacion-para-la-Sexualidad/Generalidades-del-Programa/172453:Antecedentes. Acesso em: 2 jun. 2019.

COLÔMBIA. *Relatorio de la setencia C-085-16 de 24 de febrero de 2016*. Bogotá: Corte Constitucional: 2016.

DINIS, N.; ASINELLI-LUZ, A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. *Educar*, v. 30, p. 77-87, 2007.

FELIX, J. Sexualidade, saúde sexual e saúde reprodutiva: questões para a formação de professores. In: GIVIGI, A. C; DORNELLES, P. G. (org.). *Babado acadêmico no recôncavo baiano: universidade, gênero e sexualidade*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 79-93.

FERREIRA, T. H. S.; FARIAS, M. A. Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. 2, p. 227-234, 2010.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para a cosntrução de um novo rumo. *Nuances*, v. 4, p. 123-133, 1998.

FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.). *Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum*. Londrina: UEL, 2009.

FURLANETTO, M. F. *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cad. Pesqui.*, v. 4, n. 168, p. 22, 2018.

GARZÓN, A. M. M. *Educação crítica libertadora para a sexualidade do adolescente na escola rural, na Colômbia e no Brasil*. 2019. 204 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GONINI, F. A. C. *A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPEd: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica*. 2014. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Araraquara, 2014.

GUERRERO, P. G. Pasado, presente y futuro de la educacion sexual en Colombia. *Rev. Col. Psiquiatria*, v. 27, n. 4, p. 303-314, 1998.

KHAU, M. Sexuality Education in Rural Lesotho Schools: Challenges and Possibilities. *Sex education*, v. 12, n. 4, p. 411-423, 2012.

MATOS, J. C. *et al.* Atuação da escola na educação sexual de adolescentes: uma revisão integrativa. *Rev. Gest. Saúde*, v. 7, n. 2, p. 773-792, 2016.

MKUMBO, K. A. Teachers' Attitudes towards and Comfort about Teaching School-Based Sexuality Education in Urban and Rural Tanzania. *Global Journal of Health Science*, v. 4, n. 4, p. 149-158, jun. 2012.

MUHWEZI, W. W. *et al.* Perceptions and Experiences of Adolescents, Parents and School Administrators Regarding Adolescent-Parent Communication on Sexual and Reproductive Health Issues in Urban and Rural Uganda. *Reproductive Health*, v. 12, n. 110, 2015.

MURILLO, F. H. *et al.* Educación para la sexualidad con bases científicas: documento de consenso de Madrid. Valencia: Asociación Española de Especialistas em Sexología, 2012.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável: objetivo 3: saúde e bem-estar.* [S. l.]: PNUD, 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/ods/3/>. Acesso em: 2 jul. 2019.

SFAIR, S. C.; BITTAR, M.; LOPES, R. E. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. *Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 620-632, jun. 2015.

SILVA, S. G. La conferencia de el cairo y la afirmación de los derechos sexuales y reproductivos, como base para la salud sexual y reproductiva. *Rev. perú. med. exp. salud publica*, v. 30, n. 3, p. 455-460, 2013.

SPITZNER, R. H. L. Sexualidade e adolescência: reflexões acerca da educação sexual na escola. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

TAVARES, C. S. Sexualidade e educação sexual: a produção científica brasileira e a conceituação básica adotada. In: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 4., Goiás. *Anais [...]*. Goiás: UEG, 2016.

TICONA, J. A. *et al.* Educación sobre control de natalidad de las poblaciones campesinas y las políticas de esterilizaciones en Puno. *Comuni@cción*, v. 9, n. 1, 2018.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem.* Brasília: UNESCO, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762>. Acesso em: 2 jul. 2019.

UNICEF – Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia – Colombia. *Informe anual Colombia 2017.* [S. l.]: UNICEF Colombia, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org.co/informe2017/es/pdf.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2019.